

O componente individual na trajetória do Sindicato dos Gráficos nos anos de exceção (1964 – 1985)

Cristiane Muniz Thiago*

Resumo: O objetivo deste texto é analisar a trajetória de um grupo de trabalhadores gráficos da cidade do Rio de Janeiro e suas diferentes formas resistência a ditadura civil-militar. Suas histórias permitem entender a trajetória do próprio Sindicato dos Gráficos e os espaços ocupados por esses indivíduos na ausência de um campo democrático dentro da instituição. Nosso ponto de partida é a documentação da Polícia Política, no entanto, as entrevistas, os boletins sindicais e as memórias dos militantes serão incorporados à análise como forma de criar um paralelo em relação ao material da Polícia Política. A partir da pesquisa podemos concluir que o componente individual é fundamental para analisarmos a construção da história de uma instituição coletiva como o Sindicato, assim como para entendermos esse momento específico da história política do país.

Palavras-Chave: Trajetórias, Sindicato, militantes gráficos

Abstract: This paper analyzes the trajectory of a group of graphic workers in Rio de Janeiro and their different forms resistance to civil-military dictatorship. Their lifestories permit to understand the trajectory of the Graphic Workers' Union and the role played by those individuals in the lack of democracy experienced by the institution. Our starting point is the documentation of the political police. However, the analysis the interviews, the union newsletters and the memories of the militants will be taken into account as a way to create an alternative point of view on the political police archives. Based on this research we can point the individual component as a key to analyze the building of the history of a collective institution, as the Union, and to understand this particular moment of the Brazilian political history.

Keywords: Trajectories, trade union, graphic militants

No Brasil a opção pela militância vinculada ao sindicato ou à política partidária rendeu uma vigilância constante dos órgãos da Polícia Política¹ sobre trabalhadores, intelectuais, profissionais liberais e estudantes, mesmo em momentos chamados de democráticos. Nosso objetivo é analisar a trajetória de um grupo de trabalhadores gráficos que, na cidade do Rio de Janeiro, impôs diferentes formas resistência à ditadura civil-militar (1964-1985). Muitos desses indivíduos tiveram sua trajetória de vida acompanhada detalhadamente pelos órgãos de censura do governo. Suas histórias permitem entender a trajetória do próprio Sindicato dos Gráficos e os dos outros espaços ocupados por esses indivíduos na ausência de um campo

* Doutoranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Bolsista FAPESP.

¹ Desde o início do século XX, diversos órgãos foram responsáveis pela repressão, prevenção e produção de informações relacionadas aos crimes políticos no atual estado do Rio de Janeiro. Esses órgão compõe o que convencionamos chamar de Polícia Política. No caso do Rio de Janeiro, um desses órgão é o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que a partir de 1964 perdeu sua importância como órgão de inteligência e concentrou suas atividades no fornecimento de informações e na repressão. Em 1992, o acervo dos diversos órgão da Polícia Política foi recolhido ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) (MENDONÇA, 1998).

democrático dentro da instituição. Nosso ponto de partida é a documentação da Polícia Política, no entanto, as entrevistas, os boletins sindicais e as memórias dos militantes serão incorporados na análise como forma de criar um paralelo em relação ao material da Polícia Política. A partir da pesquisa, podemos destacar que o componente individual é fundamental para analisarmos a construção da história de uma instituição coletiva como o Sindicato, assim como para entendermos esse momento específico da história política do país.

Iniciamos nossa investigação com um questionamento: “Como o componente individual penetra trajetórias que se auto-representam como coletivamente orientadas?” (CASTRO e AGIER, 1995:131). A proposta é entender como dentro de um mesmo grupo social trabalhadores elaboram projetos individuais e coletivos ou, nos termos dos autores, “projetos de operários” dentro de um “projeto operário”.

Optamos neste texto por traçar o perfil de dois militantes gráficos: Raimundo Alves de Sousa e Newton Eduardo Oliveira. Por terem sua trajetória marcada pela experiência em instituições coletivas como o Sindicato dos Gráficos e partidos políticos, eles são significativos para entendermos o papel do “componente individual”. Newton Eduardo Oliveira sai da cena política em 1964, enquanto Raimundo sobrevive aos anos da ditadura e permanece na militância política sindical nos anos 1980.

Uma pesquisa exaustiva no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro nos permite cruzar trajetórias individuais com o momento político vivido tanto pelo Sindicato dos Gráficos quanto pelo próprio país. A frequência de nomes de militantes gráficos, em diversas “entradas”, nos arquivos da Polícia Política demonstra a vigilância sobre estes pela ditadura.² Constam desta fonte “Fichas de Informação” com pequenos resumos sobre as atividades de um determinado militante, incluindo anotações sobre greves que participou, cargos que assumiu no sindicato, documentos de caráter coletivo que assinou, autos de prisão e Inquéritos Policiais Militares (IPMs). No caso dos inquéritos, uma rica documentação costuma ser reunida: depoimentos de “indiciados” e “informantes”, fotos, panfletos e outros materiais impressos que serviriam como prova no processo.

À primeira vista, esse tipo de fonte poderia ser rechaçado por não ser uma narrativa direta dos atores que procuramos estudar e sim uma representação do poder público oficial sobre esses homens e mulheres. Contudo, sua utilização com critérios pertinentes de análise nos permite chegar a dados antes ocultos. Se analisarmos cuidadosamente esse material

² O acervo reúne material recolhido entre 1933 e 1983. O conjunto do material foi denominado de Fundo DGIE (Departamento Geral de Investigações Especiais do Rio de Janeiro, 1975 – 1983) último nome recebido pela instituição responsável pela produção desse tipo de documentação (FIGUEIREDO, 1996).

podemos perceber elementos constitutivos daquele período e a forma como o poder público enquadrava determinados grupos. Como sugere Maria Luiza Carneiro, a abertura parcial dessa documentação pode nos trazer uma série de possibilidades: “[...]os pesquisadores têm a oportunidade de avaliar não apenas o mundo da repressão como também de reconstituir o mundo fantástico da resistência que, felizmente, não se calou durante os momentos de autoritarismo”. (CARNEIRO, 2008).

A documentação policial é marcada pela presença dos “inimigos” do regime, mas nas palavras de um operário o maior “inimigo” do momento é a ausência do debate na instituição sindical. Em 1981, o sócio número 1 do Sindicato dos Gráficos, Henrique Prata Peixoto, ou simplesmente *Tamborim*, concede uma entrevista ao jornal *O Gráfico*³ e ao refletir sobre sua instituição de classe nos ajuda a entender o significado do início da ditadura para esse grupo.

O Gráfico - *Que diferença você vê entre a atuação do Sindicato atualmente e no passado?*

Tamborim - *Antigamente havia razão para freqüentar o Sindicato, porque as assembléias permitiam um debate franco sobre os problemas da categoria. Lembro-me de que até 1964 o presidente Giovani Romita, que foi deposto, dava a palavra aos presentes nas assembléias e era a partir desses debates que chegávamos às decisões. Isso já não acontece. Eu por exemplo, não compareço às assembléias porque a diretoria não motiva os presentes, não estimula o debate sobre nada. Raramente se chega a um denominador comum. Acho que o Sindicato deveria ser mais representativo e atuante. É para isso que ele existe. (O Gráfico, 1981: p.5)*

A deposição do presidente do Sindicato dos Gráficos em 1964 inicia um período de restrições à atuação sindical, onde o debate não faz mais parte do ritual das assembléias. Não podemos deixar de considerar que esse depoimento foi dado em 1981 ao jornal da oposição sindical. Não temos dúvida de que os conflitos políticos do Sindicato dos Gráficos nos anos 1980 afetam a leitura sobre os anos 1960 e 70, mas esse debate não será feito nesse texto. Aqui nos interessa pensar essa “ruptura” marcada por 1964 e o que isso representou na trajetória dos militantes que elegemos para nossa análise. Qual o papel do Sindicato dos Gráficos num momento exceção? Para alguns militantes o fechamento do dialogo é acompanhado de uma política assistencialista por parte da instituição: “Após a intervenção militar na vida política, social e sindical brasileira, [o presidente] Valter Torres passa a dar ao sindicato uma atuação assistencialista, criando algumas cooperativas”. (*SINDGRAF, 1967*)

É nesse cenário que os militantes têm que fazer suas escolhas de atuação. Muitos irão restringir sua participação na instituição e caminhar por outras arenas da militância. Mas quais foram as esferas exploradas por esses sindicalistas num momento em que sua atuação sindical

³ Jornal editado pela oposição Sindical dos gráficos nos anos de 1980.

esteve praticamente vetada? Mais do que nos dizer onde e como essas pessoas atuaram a partir do Golpe de 1964, a documentação da Polícia Política nos fornece um histórico desses indivíduos. Quem eram esses gráficos? Quais suas origens e filiações políticas? Essa documentação também nos ajuda a entender o desaparecimento do cenário político de alguns militantes que, acuados pela repressão, “optam” pelo isolamento político. Outros, no entanto, mesmo na clandestinidade investem no confronto com a ditadura.

A pesquisa nos colocou em contato com a grande variedade de indivíduos que faz parte da história do Sindicato dos Gráficos, indicando a convivência, ora conflitiva ora em acordo, entre suas posições políticas, filiações partidárias, concepções sindicais. Iniciaremos nosso olhar para essas histórias por um personagem que teve sua trajetória interrompida no início de 1964, Newton Eduardo Oliveira.

O nome de Newton Eduardo de Oliveira é uma referência na luta sindical desta categoria e vem sendo lembrado, em momentos de atividades coletivas, por diferentes gerações de militantes.

Em 19/03/52 filia-se ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, matrícula n 2.053. Participou ativamente da fundação da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos, que foi reconhecida em 1955. É eleito 2º Tesoureiro do Sindicato dos Gráficos do município do Rio de Janeiro em 1955.⁴ (Panfleto do V Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, 2004)

Newton teve uma ativa militância sindical desde que se filiou ao Sindicato dos Gráficos, em 1952 e, entre 1962 e 1964, assume a presidência da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos. Em 1964, tem seus direitos políticos cassados (Diário Oficial - D.O. 14/04/64). Através das fichas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e do relato de militantes gráficos do período, tivemos acesso a outros elementos da sua trajetória política. Assumir um cargo no Sindicato, na Federação ou simplesmente ser “signatário de uma proclamação aos trabalhadores chamando-os a se unirem para defender os novos níveis de salário mínimo, combater a carestia e revogar o decreto 9070”,⁵ renderam-lhe anotações em seu prontuário.

Newton Eduardo de Oliveira foi um grande trabalhador gráfico que nasceu em 1921, morreu em 1964. Companheiro muito batalhador, lutador abnegado da categoria, participava das assembleias, comissões de negociações. Foi membro da Federação Nacional dos Gráficos, foi secretário, depois presidente. Esse companheiro, ele teve uma morte assim motivada pela perseguição da ditadura

⁴ Esse congresso foi dedicado à memória de Newton Eduardo de Oliveira.

⁵ Arquivo Público do Estado do Rio e Janeiro - Polícia Política – DOPS - Rio De Janeiro – microfilme 108. 29/07/56.

militar. Ele era permanentemente vigiado por dois seguranças, dois policiais do DOPS, inclusive na residência que ele morava no Humaitá, no prédio. Ele ia dormir, os caras ficavam na portaria lá. Quando ele sai pra trabalhar ou alguma atividade, as pessoas perseguiam [...] pois e essa pessoa ficou, o Newton ficou tão angustiado com essa perseguição [que] começou a questionar a própria vida né que vivia, vendo a sua família também passando dificuldade ele mulher e quatro filhas né e um filho. O que ocorreu? Um belo dia, em 64, ele suicidou-se, se jogou do sexto andar do prédio onde ele residia, deixando inclusive um bilhete pra família dizendo que não agüentava mais, que estava sendo perseguido pela polícia.⁶

Não obstante seu desfecho trágico ainda em 1964, essa trajetória nos ajuda a compreender as dificuldades da atuação sindical nos anos 1960. O cenário político era conturbado e para militantes que como Newton partilham de uma trajetória de ativismo sindical, sob o controle dos órgãos de repressão, a sobrevivência política era restrita e arriscada. O suicídio (ou assassinato, como sugere alguns de seus companheiros) dramatiza em um caso extremo a experiência de repressão vivida por opositores do regime nos anos que se seguiram ao golpe.

Seguindo em nossa investigação sobre a trajetória de alguns militantes gráficos, notamos que para os gráficos que chegaram vivos, politicamente, aos anos de 1970 e de alguma forma estavam ligados às atividades de produção do material gráfico do Partido Comunista do Brasil (PCB), o DOPS guarda um rico e detalhado documento.

No fundo da Polícia Política, encontramos o Inquérito nº 2 de 1975⁷. Esse inquérito investiga a gráfica clandestina do PCB situada no Caminho Anésia, nº 228, Estrada do Morro Cavado, Campo Grande, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O fechamento da gráfica e a prisão dos responsáveis por seu funcionamento deu origem ao inquérito “2/75”. Composto por uma série de depoimentos de militantes comunistas, simpatizantes do PCB e trabalhadores gráficos que de alguma forma estavam envolvidos com a gráfica, além de um conjunto de 84 fotografias da parte externa e interna da gráfica. A gráfica foi responsável pela impressão do jornal *Voz Operária* e de outros materiais do Partido Comunista. Concebida e montada no ano de 1965, permaneceu em funcionamento até janeiro de 1975. O inquérito “2/75” nos apresenta uma série de “subversivos” responsáveis direta ou indiretamente pela produção gráfica do PCB. A complexidade da produção de um impresso fez com que a rede para sustentar a edição dos panfletos e jornais fosse ampla. Nem todo o processo poderia ser feito na gráfica de Campo Grande e alguns gráficos contribuía fazendo clichês⁸ em outras gráficas. O funcionamento da gráfica clandestina guardava outra peculiaridade que caracteriza o

⁶ Entrevista concedida à autora em 9 de dezembro de 2008. Edilberto Silva.

⁷ Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, DOPS/DPS. Inquérito 2/75. Pasta 22.

⁸ Placas de metal onde são gravados os textos e imagens para a impressão tipográfica.

momento da produção gráfica no país. A casa escolhida para receber a gráfica não dispunha de espaço suficiente para o maquinário e o nível de ruído produzido pelas máquinas poderia chamar a atenção dos vizinhos. A solução foi a construção de dois pavimentos no subterrâneo da casa, o que rendeu o apelido de “Gráfica do Buraco”. Entre os denunciados no Inquérito (15 nomes ao todo), iremos deter nossa atenção no indivíduo responsável pela montagem e o funcionamento da gráfica, o operário gráfico e militante do PCB Raimundo Alves de Sousa.⁹

Raimundo manteve a militância em meio à repressão, no entanto optou por seguir caminhos para além da atuação sindical. Gráfico e comunista, nos termos da Polícia Política, “emprestou sua profissão” e dedicou parte de sua vida para manter as publicações do PCB. Sua aproximação com o Partido Comunista ocorreu por intermédio de sua atuação no movimento estudantil no Piauí. Secretário de Organização do Comitê Estadual do PCB resolve aprender tipografia. Chegou ao Rio de Janeiro em 1951 e em 1953 passa a fazer parte do Sindicato dos Gráficos.

Inquirido, disse: que em 1953, no início do ano, o declarante ingressou no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Distrito Federal então; que no sindicato o declarante se limitava a pagar mensalidade, votar nas eleições, sempre no candidato Giovani Amadeu Romita; que na opinião do declarante Romita era comunista; que o sindicato editava um jornal denominado Voz do Gráfico; que o declarante lia habitualmente referido jornal; que neste jornal escreviam ativistas sindicais como Duvitiliano Ramos e outros, cujos pontos de vista coincidiam com os do declarante; que em fins de 1953, com o fechamento de “O Radical”, o declarante foi encaminhado pelo sindicato para “A Imprensa Popular”; que este jornal era de orientação tipicamente comunista; que o declarante trabalhou aí até o fechamento do jornal, se não lhe falha a memória, até 1957; que o declarante conseguiu um emprego na Gráfica Editora Itambé.¹⁰

Em suas memórias, Raimundo narra as dificuldades experimentadas em meados dos anos 1950, destacando que o pertencimento ao PCB limitava suas atividades no sindicato.

As tarefas eram tão específicas que nos proibiam de ir a comícios, passeatas e comandos de jornais. Frequentar o sindicato era possível, desde que sem grande envolvimento.

Essa proibição se justificava, pois não deveríamos ser reconhecidos. Não que os órgãos de segurança não conhecessem a todos, mas simplesmente para não assumirmos responsabilidades ou cargos ou mesmo envolvimento em movimento de rua, em função das prisões e detenções que ocorriam. (SOUSA, 2005)

A militância sindical fazia parte de sua responsabilidade com o PCB. Apesar dos limites impostos pela repressão, as estratégias traçadas pelo próprio PCB no final dos anos

⁹ Raimundo Alves de Sousa, ou Raimundão como seus companheiros o chamavam, faleceu em 12 de julho de 2006, poucos meses depois de lançar seu livro de memórias (SOUSA, 2005).

¹⁰ Depoimento de Raymundo Alves de Souza no Inquérito 2/75 - qualificação: Indiciado. Arquivo Público do Estado do Rio e Janeiro - Polícia Política Inquérito - Pasta 22.

1950 fizeram com que Raimundo passasse a editar o jornal da categoria, o *Notícias Gráficas*. “Esse jornal foi durante mais de 6 anos o órgão que orientava o partido nas gráficas, onde tínhamos organização de base”. (SOUSA, 2005)

Em 1963, Raimundo é eleito para a diretoria do Sindicato dos Gráficos, como representante no Conselho da Federação Nacional dos Gráficos. Se não é de todo verdade que se manteve nesse período afastado do sindicato, podemos perceber que sua posição no PCB impunha de fato limitações, mas a tarefa de “conscientizar” sua categoria não era deixada de lado.

Em 1965, recebe o convite do PCB para montar e dirigir um pequeno complexo clandestino de impressão gráfica. Ao aceitar a tarefa, é informado do endereço onde iria trabalhar e em seguida passa a providenciar o funcionamento de uma pequena estrutura gráfica em Campo Grande. Raimundo foi responsável pelo contato com outros gráficos que trabalharam em Campo Grande ou prestaram serviço de suporte para a produção do material do PCB, inclusive do *Voz Operária*.

Em seu livro de memórias, Raimundo aponta a data de 11 de janeiro como o dia de sua prisão. No entanto, o Inquérito aponta a data de 23 de janeiro de 1975. Ele foi preso em São Paulo, ao que tudo indica no dia 11 e depois levado ao Rio de Janeiro, onde reaparece oficialmente 12 dias após seu “desaparecimento” em São Paulo. Condenado a mais de três anos de prisão, teve seus direitos políticos cassados por 10 anos. Em 23 de maio de 1978, Raimundo ganhou a liberdade. Novamente na cena política nacional, o Sindicato dos Gráficos e seus antigos contatos o reaproximam da categoria e da militância. Em 1983, faz parte da criação do Departamento dos Aposentados do Sindicato dos Gráficos e em 1986 disputa as eleições para a câmara federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo como aliado político o gráfico aposentado Nilton Domingues Pedrosa, candidato a Deputado Estadual.

Mesmo com diferentes formas de se contrapor à ordem vigente, muitos gráficos terão suas rotinas alteradas pela repressão. Esse movimento afeta de forma direta o Sindicato dos Gráficos. A partir das histórias desses dois militantes, tivemos um panorama da experiência sindical dos gráficos nesse período e das possibilidades institucionais surgidas nos anos de repressão. Nossa opção nesse texto foi trabalhar as trajetórias desses gráficos “enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades”. (VELHO, 1999) Nossa opção metodológica visa trazer assim os indivíduos para o centro da construção e análise do nosso objeto.

Bibliografia

- AQUINO, Maria Aparecido. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru, EDUSC, 1999.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo, Ateliê Editorial, PROIN/USP, FAPESP, 2002. 2 ed.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Os Arquivos da Polícia Política Brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo*. www.usp.br/proin/publicações/artigos. Acessado em 20 de novembro de 2008.
- CASTRO, Nadya e AGIER, Michel. “Projeto operário, projetos de operários”. In.: CASTRO, Nadya; AGIER, Michel e GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Imagens e Identidades do trabalho*. São Paulo, 1995.
- FIGUEIREDO, Mirian Beatriz Collares. “O acervo do DOPS: um projeto de tratamento documental”. In: DOPS. *A lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro, Secretaria Estadual de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996.2 ed.
- MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. “Documentos da Polícia Política do Rio de Janeiro”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.12, n 22, 1998
- SOUZA, Raimundo Alves. *Os Desconhecidos da História da Imprensa Comunista*. Rio de Janeiro, Fundação Dinarco Reis., 2005.
- XAVIER, Marília. “Antecedentes Institucionais da Polícia Política”. In: DOPS. *A lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro, Secretaria Estadual de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996.2 ed.